

JOSÉ JORGE LETRIA

# MORRO BEM, SALVEM A PÁTRIA!

*O retrato de Sidónio Pais,  
um presidente populista amado pelas mulheres  
e celebrado por Fernando Pessoa*



OFICINA  
DO LIVRO

# Ficha Técnica

Título original: *Morro bem, Salvem a Pátria!*

Autor: José Jorge Letria

Design de capa: Maria Manuel Lacerda / Oficina do Livro

Revisão: Silvina de Sousa

ISBN: 9789895556885

OFICINA DO LIVRO

uma empresa do grupo LeYa

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide – Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2009, José Jorge Letria e e Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

[E-mail: info@oficinadolivro.leya.com](mailto:info@oficinadolivro.leya.com)

[www.oficinadolivro.leya.com](http://www.oficinadolivro.leya.com)

[www.leya.pt](http://www.leya.pt)

# **PREFÁCIO**

## **O Romance Histórico Civicamente Empenhado**

Abandonada a função de panegírico dos heróis do Império e das virtudes do Estado Novo, a que esteve sujeito entre 1933 e 1974, o romance histórico em Portugal tem sofrido uma evolução notável desde a publicação de *Memorial do Convento*, de José Saramago, em 1982. O romance histórico tem contribuído, após a perda do Império em 1975 e a aceleradíssima entrada na Comunidade Europeia a partir de 1986, do ponto de vista da história das mentalidades, não só para harmonizar os Portugueses consigo próprios (com a sua “imagem”, como diria Eduardo Lourenço) como, igualmente, para reabilitar o passado histórico português ao olhar virgem das novas gerações. Ostentando as virtudes e as malfeitorias da nossa história, evidenciando não ter sido esta mais heróica ou menos bárbara que a história dos restantes países europeus, a narrativa histórica tem, de facto, reconciliado a consciência dos Portugueses com o seu passado, desempenhando, assim, um valiosíssimo contributo social para uma pacificação interclassista e intergeracional ao longo da nossa integração europeia.

José Jorge Letria, evidenciando fielmente o passado segundo a actual interpretação dos documentos, visando “reconstituir” com autenticidade e fidelidade a sociedade, os grupos sociais, as instituições, os costumes, os usos, os rituais e a mentalidade das épocas abordadas nos seus romances, criando ou explorando personagens e temas problemáticos de importância vital para a História

portuguesa, obedecendo ao escrúpulo de fidelidade ao documento e ao rigor na cronologia, segundo os dois mandamentos alexandre-herculianos vitais da narrativa histórica, pratica, dentro deste campo, a forma especial de romance histórico de empenhamento social e cultural, expressão tanto dos atributos ético-políticos do autor como cidadão, de que tem dado abundantes provas, quanto da difícil luta no passado pela conquista de direitos sociais e individuais.

Assim, José Jorge Letria, descrevendo a existência da corte portuguesa de D. João VI no Brasil, em *Meu Portugal Brasileiro* (Oficina do Livro), a coragem dos sargentos na implantação da República em *O Vermelho e o Verde* (Planeta) ou a situação política e social de Portugal em 1918 no romance ora publicado, torna patente uma compreensão do fio da história assente nos valores da Liberdade e da Justiça Social, furtando-se à neutralidade absoluta do intérprete narrador, que a investigação histórica exige, mas não a ficção.

Com efeito, a literatura estatui-se, para José Jorge Letria, como indirecta e sintética expressão da cultura social donde emerge, cujas obras estéticas exporiam os veios nervosos culturais mais salientes. Existe, assim, para o autor, não só uma continuidade entre os planos da literatura, da história e da cultura, como o estudo da primeira exige a investigação do seu húmus no plano da história e da cultura. No prefácio de 1933 à primeira edição das suas *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, Hernâni Cidade explicita esta visão culturalista e humanista da literatura: “Nem o isolamento da literatura dos outros aspectos da vida e da cultura, nem a redução duma história das ideias e formas de beleza a uma série de biografias e a um catálogo de biblioteca; antes, o surgimento e a evolução, até este momento, das ideias,

sentimentos e formas de cultura que melhor revelarem o homem, de maneira que possamos, pelo conhecimento *do que foi*, melhor compreender *o que é*. Creio ser este o alcance humano dos estudos literários.” Escritas há oitenta anos, estas lúcidas palavras de Hernâni Cidade colam-se em perfeição tanto à obra de José Jorge Letria quanto à sua intervenção cívica.

Se o fio narrativo que José Jorge Letria estabelece em *O Vermelho e o Verde* – romance que narra a implantação da República em 1910 – reside na crescente subida de volume do caudal social do movimento republicano como um todo, tanto nas ruas quanto na ocupação de lugares na Câmara dos Deputados e na direcção das câmaras municipais, quanto, ainda, na conquista de legitimidade como única oposição credível capaz de regenerar Portugal, em *Morro bem, Salvem a Pátria!*, o autor, em continuidade histórica, evidencia-nos o inverso desse retrato: as ilusões democráticas perdidas numa República à deriva que Afonso Costa arrastara para a I Guerra Mundial.

Com efeito, entre o final de 1910 e princípios de 1911, o Governo Provisório da República, secundando o pensamento de Afonso da Costa, proclama um conjunto de leis que, no seu todo, devido às profundas consequências sociais que possuem, alterarão radicalmente a face do País: fim de privilégios aristocráticos e igualdade de todos os cidadãos; implantação da lei da separação entre Estado e Igreja; aplicação da lei de divórcio; nacionalização das propriedades da Igreja; extinção das ordens e congregações religiosas; nacionalização dos registos de nascimento, casamento e morte dos cidadãos; abolição da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra; extinção dos colégios de jesuítas e de outras ordens; proibição de manifestação pública de ritos religiosos, eliminando as tradicionais

procissões populares; proibição das vestes talares dos sacerdotes em lugares públicos; proibição da presença de oficiais fardados em cerimónias religiosas; expansão do ensino laico. Este conjunto de leis, bem como a radical reestruturação do poder administrativo e político do País, trazendo o poder republicano e urbano da rua para o novo parlamento, com o expresso afastamento das organizações operárias mais reivindicativas, imbuídas de uma ideia e de uma cultura anarquista (Afonso Costa passa a ser conhecido pelo “racha sindicalistas”), corresponde à visão positivista de Comte da evolução da humanidade em três estádios (teológico, metafísico e positivo) e à crença de que, com a República, Portugal atingiria gradualmente o último estágio, o positivo ou científico. Ainda que, face aos países da Europa Central, tivessem permanecido as mesmas disparidades nas condições de vida social, nas estatísticas da saúde, do ensino superior, da alfabetização e da industrialização, a nova situação era perspectivada como o início de uma regeneração da alma nacional, um reencontro com as origens vivificantes da portugalidade: a inflamação retórica republicana e anticlerical de Afonso Costa compensava o contínuo decréscimo do nível de vida, diabolizava monárquicos e anarco-sindicalistas, à direita e à esquerda, e prometia, sob a discórdia e o conflito partidário entre republicanos, divididos entre Bernardino Machado, António José de Almeida, Brito Camacho e Afonso Costa, futuros paraísos para a pequena burguesia de funcionários públicos, caixeiros do comércio e empregados médios das empresas, seus naturais apoiantes.

A contradição entre a nova ordenação política instaurada pela I República, revolucionando o sistema político e o aparelho de funcionamento do Estado, e a ordenação consuetudinária dos hábitos e costumes sociais gerou um

caos cultural inédito em Portugal, em que nenhuma corrente, tese ou princípio se revelou como dominante, nem mesmo a aceitação consensual do republicanismo entre largas camadas da população rural, que passivamente se subordinavam aos ditames de Lisboa, Porto e Coimbra. Com efeito, se politicamente o século XX começa em 1910 com a instauração da República, alterando de modo radical a estrutura do aparelho de Estado face à relação entre o povo e a sua representação política, culturalmente, por efeito retardado desta revolução política, o século condensa-se na antevéspera do sidonismo, evidenciando o leque de possibilidades culturais que, inscritas no código genético histórico de Portugal, serão desenvolvidas ao longo de todo o século XX:

1. É publicada *Orpheu*, revista de Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, instauradora da modernidade literária portuguesa do século;

2. É publicado o livro *Arte de Ser Português*, de Teixeira de Pascoaes, reinventando, à luz de um conteúdo simultaneamente messiânico-providencialista e lírico-espiritualista, o tema da saudade, transformando este sentimento num dos mais discutidos e problemáticos temas do pensamento português do século XX;

3. É publicado o livro *O Valor da Raça*, de António Sardinha, obra determinante na criação do ideário do movimento Integralismo Lusitano e inspiração cultural do futuro Estado Novo português;

4. É publicado o livro *O Pensamento Criacionista*, de Leonardo Coimbra, primeira grande expressão da filosofia

espiritualista portuguesa do século XX;

5. É publicado o estudo *Educação Cívica*, de António Sérgio, obra fundamental do ideário democrático português e primeiro grande momento do pensamento racionalista português na esfera da política;

6. É instaurada a primeira ditadura no seio do republicanismo, a ditadura do general Pimenta de Castro, anunciadora da ditadura de Sidónio Pais (1917/18) e, posteriormente, da de Oliveira Salazar, a partir de 1932. Acrescidas aos dois anos da ditadura monárquica de João Franco, determina-se assim, em cem anos, a existência de mais de cinquenta anos de vida política ditatorial em Portugal ao longo do século XX. É excessivo!

Com estes seis acontecimentos histórico-culturais, centrados na antevéspera da tomada do poder por Sidónio Pais, a que deve acrescer a criação da *Seara Nova*, em 1921, encontra-se definido o complexíssimo quadro de vertentes culturais que irão enquadrar a vida e o pensamento portugueses ao longo do século XX.

Cinco, seis anos após a sua implantação, a República confronta-se com os seus próprios limites políticos através de uma sociedade empobrecida, humilhada nos seus ideais de prosperidade europeia, alimentando elites autofágicas, que circulam em torno de um Estado incapaz de estabelecer o princípio de um futuro colectivo (o contínuo caciquismo eleitoral), estrangulando censitariamente o acesso de novas camadas sociais à participação política (em 1910 apenas votam cerca de dez por cento da população); fomentando a pauperização progressiva de camadas populacionais urbanas geradora de contínuos assaltos colectivos a

armazéns de víveres em Lisboa e Porto, o apodrecimento da instituição militar, cujos soldados e oficiais desconheciam o soldo certo, o endividamento do Estado, absorvido economicamente em obras públicas, a imbecilização de massas analfabetas (setenta e cinco por cento de analfabetismo em Portugal), disponíveis para acreditar em promessas paradisíacas e que, desiludidas, descobrem como única salvação a emigração para a Venezuela, a Argentina e o Brasil, a fortíssima agitação de rua capitaneada por sindicatos de direcção anarco-sindicalista, a crescer à nulificação internacional de Portugal e à total auto-humilhação das novas gerações, expropriadas do orgulho de uma concreta e presente identidade nacional – é com base neste húmus social que se deve pensar tanto a emergência do sidonismo em Portugal, muito bem retratado no romance ora publicado, quanto enquadrar historicamente as “Aparições” de Fátima, fazendo Portugal entrar num permanente e acelerativo desassossego social, prolongando assim a agitação que atravessava o País desde 1890, conturbando-o. Em 1917/18, por circunstancialidades várias, nunca racionalmente explicáveis, dá-se a explosão de acontecimentos sociais e culturais cujo sentido englobante, comparado com o dos anos anteriores, não só já destes se distancia como deveras anuncia um novo rumo cultural para Portugal – a “República Nova” de Sidónio Pais, magistralmente ficcionada em *Morro bem, Salvem a Pátria!*, anuncia o ciclo político conservador que dominará Portugal até ao ano de 1974.

Com Sidónio Pais, a República muda de rumo, tornando-se tradicionalista e conservadora, para além de tirânica – Afonso Costa é preso (posteriormente libertado) e Bernardino Machado parte para o exílio. Como o romance o evidencia, não é de admirar que, face ao vórtice social

então vivido, José Júlio da Costa, um republicano que lutara na Rotunda em 5 de Outubro, assassine o “Presidente-Rei”, e Mussolini envie condolências fúnebres, lamentando a morte de um político que via como companheiro do Sul. Não é também de admirar que o herói da Rotunda, Machado Santos, se profile ao lado de Sidónio, apoiando. Porém, nem mesmo o conservadorismo das forças sociais que apoiaram Sidónio Pais foi suficiente para anular as cinco grandes conquistas da República, que influenciaram determinantemente todas as diferentes áreas do saber e da educação em Portugal e que, conjugadas na totalidade, desenharam unitariamente uma nova figuração imagética de Portugal, erguida na segunda metade do século XIX e definitivamente consolidada na primeira metade do século XX, marcando igualmente a totalidade cultural deste último século:

1. Contra a visão arcaica e tradicionalista do poder de Estado em Portugal: *o que a Europa considera culturalmente moderno e actual é mais importante do que o passado de Portugal;*

2. Contra as visões atlantistas de Portugal e contra a tese do sustento de Portugal através da riqueza das suas colónias: *a Europa é o destino de Portugal;*

3. Contra a visão escolástica da universidade e a visão religiosa da Igreja, dominantes na cultura portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII: *a razão* (o entendimento analítico) *é mais importante do que o espírito* (a alma);

4. Contra a tradição metafísica e espiritualista portuguesa dominante entre as segundas metades dos séculos XVII e

*XVIII: a ciência é axiologicamente mais importante do que a filosofia;*

5. Contra setecentos anos de realeza em Portugal: como regime político, *a República é superior à Monarquia.*

Este foi o legado da República, que nem mesmo Salazar, com a sua visão monarquista de Portugal, teve suficiente força para contrariar.

Não temos conhecimento de outro romance histórico que tão justamente nos faça entrar no universo social sidonista como este de José Jorge Letria, ostentando tanto o início do momento político decadentista da I República, nos anos de 1917-1918, quanto a progressiva deterioração do tecido social por via da participação portuguesa na I Guerra Mundial.

Azenhas do Mar, 23 de Maio de 2010  
Miguel Real

## **Sidónio em Busca de Sidónio**

A presente edição de *Morro bem, Salvem a Pátria!*, que tem como tema central o assassinio do Presidente Sidónio Pais, na estação do Rossio, em Dezembro de 1918, ano da gripe espanhola e do fim da I Guerra Mundial, resultou da reformulação e substancial ampliação da publicada pela Âmbar em Fevereiro de 2005.

As comemorações do centenário da implantação da República criaram condições para a publicação pela Oficina do Livro desta nova edição totalmente refeita e aumentada,